



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007524-55.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Requerente: **Fernanda Ricardo de Oliveira**  
 Requerido: **Fábio Albuquerque Azevedo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos.

**Fernanda Ricardo de Oliveira**, devidamente qualificada nos autos, ajuizou ação com pedido de reintegração de posse de bem móvel em face de **Fabio Albuquerque de Azevedo**, igualmente qualificado, aduzindo, em síntese, que: a) namorou o réu por alguns anos; b) em meados de 2016 adquiriu o veículo GM/Montana Sport, ano/modelo 2003/2004, cor prata, Placa JQJ 1339, Renavam 00814535350; c) as tratativas foram feitas pelo réu, em relação a escolha do modelo, ajuste das condições da compra e transferência; d) a posse do veículo se mantinha na maior parte das vezes com o réu; e) após o fim do relacionamento, ele se recusou a restituir o veículo, escondendo-o na casa de amigos; f) o veículo ainda não foi transferido do antigo proprietário; g) houve tratativas de entrega amigável, todas com resultado infrutífero; e h) a atitude do réu impede tratativas de devolução amigável do bem junto a financeira. Requer, destarte, a concessão de medida liminar para reintegração da posse do bem.

Juntou documentos (fls. 13/22).

Decisão de fls. 23/24 indeferiu o pedido liminar.

Devidamente citado (fls. 43), o réu não apresentou resposta (fls.44).

É o relatório.

Fundamento e decido.

De início, tendo em vista que o réu não foi citado, acolho o pedido de cancelamento da emenda à inicial feito às fls. 52 (fls. 43).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Citado pessoalmente (fls. 43), o réu não contestou o pedido, operando-se os efeitos da revelia (fls.44).

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o art. 355, inciso II, do Novo Código de Processo Civil. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos termos dos artigos 344 do mesmo diploma legal.

Vale dizer, ainda, que a autora comprovou documentalmente, com a petição inicial, que o veículo foi adquirido, através de financiamento bancário, em seu nome (fls. 13 e 21/22).

Em face do exposto, julgo Procedente o pedido para reintegrar a posse do veículo **GM/Montana Sport, ano/modelo 2003/2004, cor prata, Placa JQJ 1339, Renavam 00814535350** em mãos da autora.

Condeno o réu, em razão de sua sucumbência, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 1.000,00 nos termos do artigo 85, § 8º do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de novembro de 2018.

Juiz(a) **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**